

Formação de professores e a Educação Inclusiva

Jucirene Abreu dos Santos ⁱ 

Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, Brasil

Janielle da Silva Melo ⁱⁱ 

Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, Brasil

Elane de Nazaré Magno Ferreira ⁱⁱⁱ 

Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, Brasil

1

Resumo

Este trabalho enfoca a formação de professores para a educação inclusiva, com o objetivo de compreender os desafios e perspectivas nessa área. Visando investigar como as instituições de ensino têm se adaptado para preparar educadores a atuarem eficientemente em ambientes educacionais diversificados, identificando práticas inovadoras que promovam a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais. Usou-se revisão bibliográfica para embasar o estudo nas legislações nacionais que sustentam a educação inclusiva. Foram também analisados dados sobre a concepção da deficiência ao longo do tempo e o impacto de políticas governamentais, como o Decreto nº 10.502, que podem afetar a educação inclusiva. Os resultados apontam para a importância de uma formação de professores comprometida com a educação inclusiva, que valorize a diversidade e respeite os direitos de todos os estudantes. Em conclusão, este estudo destaca que a educação inclusiva é um direito humano da pessoa com deficiência e deve ser assegurada pelo Estado e pela sociedade. A formação de professores deve ir além do ensino técnico, promovendo uma compreensão crítica sobre a educação inclusiva e desenvolvendo empatia e competências socioemocionais nos educadores. A superação dos desafios na implementação da educação inclusiva requer a colaboração de todos os envolvidos na educação, buscando avançar na construção de um sistema educacional mais justo, equitativo e inclusivo. O estudo visa contribuir para a criação de um ambiente educacional que valorize a diversidade, promova a equidade e respeite os direitos de todos os estudantes, possibilitando que alcancem seu pleno potencial de desenvolvimento.

Palavras-chave: Políticas Públicas de inclusão. Educação Inclusiva; Educação Especial.

Teacher Training and Inclusive Education

Abstract

This work focuses on teacher training for inclusive education, with the aim of understanding the challenges and perspectives in this area. Aiming to investigate how educational institutions have adapted to prepare educators to work efficiently in diverse educational environments, identifying innovative practices that promote the inclusion of all students, regardless of their

individual differences. A bibliographic review was used to base the study on national legislation that supports inclusive education. Data on the conception of disability over time and the impact of government policies, such as Decree No. 10,502, which may affect inclusive education, were also analyzed. The results point to the importance of teacher training committed to inclusive education, which values diversity and respects the rights of all students. In conclusion, this study highlights that inclusive education is a human right of people with disabilities and must be ensured by the State and society. Teacher training should go beyond technical teaching, promoting a critical understanding of inclusive education and developing empathy and socio-emotional skills in educators. Overcoming challenges in implementing inclusive education requires the collaboration of all those involved in education, seeking to advance in building a fairer, more equitable and inclusive educational system. The study aims to contribute to the creation of an educational environment that values diversity, promotes equity and respects the rights of all students, enabling them to reach their full development potential.

Keywords: Public inclusion policies. Inclusive Education. Special Education.

1 Introdução

A formação de professores para a educação inclusiva é um tema relevante, pois busca proporcionar uma educação justa e igualitária, acolhendo a diversidade dos alunos. A educação inclusiva busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso e permaneçam no sistema educacional, valorizando suas necessidades especiais (ROSS, 2002).

A educação inclusiva é uma questão central em uma sociedade democrática, onde busca-se defender e atender as necessidades de cada indivíduo, considerando suas especificidades e graus de necessidade, indo além do plano individual imediato. Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental, assumindo o compromisso e a capacidade de educar todas as crianças que nela vivem. Para alcançar esse objetivo, é essencial que a escola incorpore politicamente as diferenças e necessidades dos educandos em seu projeto pedagógico, promovendo a diversidade como um recurso estimulante à criatividade e ao enriquecimento do ensino e da interação entre os alunos (ROSS, 2002).

Ao longo do tempo, a concepção da deficiência evoluiu, deixando de ser encarada como um fenômeno autônomo para ser compreendida em relação aos

fatores ambientais e às respostas educacionais adequadas. A superação da predeterminação do desenvolvimento sobre a aprendizagem e a adoção de uma visão mais interativa entre ambos são essenciais. Isso demanda que os sistemas educacionais proporcionem recursos apropriados para atender às necessidades educacionais específicas, impulsionando a universalização da educação para todos e a reavaliação dos conceitos de normalidade, fracasso escolar e deficiência.

Contudo, em 30 de setembro de 2020 foi promulgado o Decreto nº 10.502 que é acusado de possibilitar a segregação das pessoas com deficiência em "ambientes especializados", indo contra os princípios da educação inclusiva. Além disso, é criticado por considerar a educação especial como a opção preferencial, permitindo que pais e mães decidam sobre a educação dos filhos com deficiência sem garantir a participação efetiva das crianças na sociedade.

As pesquisadoras Glat e Pletsch (2011) destacam que a educação inclusiva é um direito humano da pessoa com deficiência e deve ser assegurada pelo Estado e pela sociedade. A política inclusiva requer investimentos, formação de profissionais e a garantia de recursos pedagógicos para atender às necessidades educacionais de cada aluno. Além disso, enfatiza a importância da convivência cotidiana entre pessoas com e sem deficiência na mesma escola e sala de aula. Pesquisas como a de Glat e Pletsch (2011) bem como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), em conjunto com demais entidades, reafirmam o seu repúdio ao Decreto nº 10.502, ressaltando que o caminho não é alterar a política de inclusão vigente no sentido de retrocedê-la, mas compreender tecnicamente como transformar os problemas em oportunidades, aprendizados e afirmação da inclusão.

É interessante notar que, ao contrário da tendência da época, os estudos de Basílio de Magalhães concluíram que a convivência de crianças anormais e normais era benéfica, do ponto de vista emocional e econômico (MAGALHÃES, 1979)

Para enfrentar esses desafios, têm surgido perspectivas promissoras na formação de professores. O uso de tecnologias educacionais inclusivas tem se mostrado eficaz para atender às necessidades específicas dos alunos. Além disso, a

colaboração entre professores, familiares e profissionais da saúde é essencial para uma visão holística do estudante e o desenvolvimento de estratégias de apoio.

Esta pesquisa tem como principais objetivos investigar os desafios e perspectivas da formação de professores voltada para a educação inclusiva. Busca-se compreender como as instituições de ensino e os programas de formação têm se adaptado para preparar os educadores a atuarem eficientemente em ambientes educacionais diversificados.

4

Além disso, pretende-se identificar práticas inovadoras e estratégias de colaboração entre professores, familiares e profissionais da saúde que promovam a inclusão e o desenvolvimento pleno de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais. Com isso, espera-se contribuir para a construção de um sistema educacional mais justo, equitativo e inclusivo. Estruturamos esse trabalho discorrendo sobre a metodologia abordada, onde na sequência, apontaremos os resultados obtidos e uma breve discussão sobre o ponto de vista analítico, que permitiram tecer nossas considerações finais.

2 Metodologia

Este trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica, onde foram selecionados artigos científicos, livros, teses e outras fontes relevantes sobre o tema da educação inclusiva, as políticas educacionais e a relação entre Estado, educação e pessoas com necessidades educacionais especiais. A revisão bibliográfica foi conduzida de forma sistemática, buscando garantir a abrangência e a atualização das informações coletadas.

O primeiro passo foi a definição dos termos-chave para a busca nas bases de dados acadêmicas, bibliotecas e plataformas de pesquisa online. Os termos utilizados incluíram "educação inclusiva", "políticas educacionais", "necessidades educacionais especiais", "Estado e educação", "neoliberalismo", entre outros. Essa etapa teve como objetivo encontrar estudos relevantes e atualizados que abordassem os tópicos específicos de interesse.

A metodologia utilizada nesta revisão bibliográfica baseia-se em critérios rigorosos de seleção e análise das fontes, visando assegurar a confiabilidade e a validade das informações apresentadas. Além disso, a abordagem crítica adotada permitiu uma discussão aprofundada sobre as questões relacionadas à educação inclusiva e suas implicações nas políticas educacionais e na atuação do Estado.

3 Resultados e Discussões

5

A presente pesquisa destaca a relevância da formação de professores para a educação inclusiva, enfatizando a busca por uma educação justa e igualitária que acolha a diversidade dos alunos. A educação inclusiva visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso e permaneçam no sistema educacional, valorizando suas necessidades especiais.

A evolução da concepção da deficiência ao longo do tempo é destacada, mostrando que deixou de ser encarada como um fenômeno autônomo para ser compreendida em relação aos fatores ambientais e às respostas educacionais adequadas. A superação da predeterminação do desenvolvimento sobre a aprendizagem e a adoção de uma visão mais interativa são apontadas como essenciais. Isso implica na necessidade de os sistemas educacionais fornecerem recursos apropriados para atender às necessidades educacionais específicas, impulsionando a universalização da educação e a reavaliação dos conceitos de normalidade, fracasso escolar e deficiência.

No entanto, a promulgação do Decreto nº 10.502, em 30 de setembro de 2020 (BRASIL, 2020), tem sido alvo de críticas, pois é acusado de possibilitar a segregação das pessoas com deficiência em "ambientes especializados", o que vai contra os princípios da educação inclusiva. Além disso, é criticado por considerar a educação especial como a opção preferencial, permitindo que pais e mães decidam sobre a educação dos filhos com deficiência sem garantir a participação efetiva das crianças na sociedade.

A proposta de educação inclusiva foi inserida no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB/96), o que representou um

grande marco para as transformações educacionais do atendimento para pessoas com necessidades especiais. Tais mudanças representaram também um grande desafio para o setor da educação em geral, pois entre outras questões, modificou-se com ela a atuação docente e colocou em conflito diferentes concepções de ensino às quais os educadores estavam habituados/formados (SMITH, 2008).

Nesse sentido, através da LDB de 1996, a Educação Especial passou a ser uma modalidade da educação escolar, devendo ser efetivada preferencialmente na escola regular e oferecendo serviço de apoio especializado para os educandos que necessitassem. A partir das modificações na área da Educação Especial, surgem outras Leis, Decretos e Planos para traçar o caminho, a fim de atingir o objetivo proposto: A Educação Inclusiva (FREITAS, 2013).

Em janeiro de 2001, é então promulgada a Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência de dez anos. Nele, o objetivo que se coloca é o de elevar o nível de escolaridade, melhorar a qualidade do ensino e reduzir as desigualdades sociais. Nesse mesmo ano, é aprovado o Parecer 17/2001, que traz as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que busca atingir os objetivos da educação inclusiva, tendo como objetivo: a elevação da escolaridade; a melhoria do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades com relação ao acesso a permanência (MANTOAM, 2013).

Considerando a perspectiva histórica da legislação, a educação inclusiva no Brasil já teve avanços; isso aconteceu porque as leis foram criadas de acordo com as concepções do povo de decisão e do momento político de cada vez (SMITH, 2008). Assim, houve períodos em que a educação só atingia uma determinada classe social, em geral, os mais ricos um, e em outros, teve como objetivo também cuidar da população menos favorecida. Esta situação mudou com a Constituição Federal de 1998, o que garantiu:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consiste em um Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:

II - A dignidade do ser humano;

Art. 3º. Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- I - Para constituir uma sociedade justa, livre e solidária;
 - III - Erradicar a pobreza e condições de vida precárias e reduzir as desigualdades sociais e regionais
- Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
- I - Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos aqueles que não têm acesso a ele na idade própria;
 - III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim, a Constituição Federal de 1998 contempla os parâmetros internacionais ao priorizar o indivíduo inserido no sistema jurídico, os direitos fundamentais, como a saúde, educação, entre outros. Desta forma, observou-se uma modificação na educação, que teve de se adaptar a novos princípios universais. A Lei de Diretrizes e Bases (1996) criados em paradigmas anteriores teve de ser reformulada (1988), com destaque para a descentralização administrativa da educação que foi transferido a partir da união para a cidade, o aumento quantitativo no número de aberturas, e a nova visão da educação inclusiva (MANTOAM, 2013).

Atualmente, a educação inclusiva é guiada por resoluções nº 95 de 2000/11/21 e nº 02, de 11 de setembro de 2001 e pela Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Eles discutem sobre acesso e permanência dos alunos com deficiência no ensino regular, e as ações que compõem esta nova realidade educacional possível (ARANHA, 2014).

Falar de educação especial implica refletir, atualizar nossas concepções e dar um novo significado aos propósitos educacionais, compreendendo a complexidade e a amplitude que envolve o processo de construção de cada indivíduo, seja deficiente ou não. A inclusão está cada vez mais próxima da realidade escolar e, é preciso tomar uma atitude em relação a este fato, pois de nada adiantará esperar que as modificações educativas aconteça sem nada fazer. Cabendo desta forma todos os seguimentos que compõem a escola terem uma atitude voltada à inclusão, para que estes educandos sejam de fato incluídos e aceitos, ansiando o desenvolvimento destes através de suas capacidades (ARANTES, 2010).

Não basta apenas a escola abrir as portas é preciso que ocorram inúmeras modificações para acolher estes alunos e desenvolvê-los de forma efetiva, ou seja, é preciso desde o ajuste do espaço físico até mesmo a formação profissional, sobre o pesar da inclusão tornar-se mascarada e não assumir sua real finalidade (BEYER, 2010).

Segundo Bueno (2009), o processo de inclusão escolar não se satisfaz apenas com a legislação, este requer transformações consideráveis, progressivas, planejadas e constantes para assegurar uma educação de qualidade. Função esta que demanda da escola uma reorganização e reestruturação, metodologias e recursos pedagógicos apropriados e, o principal, sensibilizar e capacitar os profissionais a esta nova instigação.

A formação continuada docente sempre esteve nos grandes debates educacionais no Brasil e no mundo, pois, é através dela que pode se tornar possível a transformação e a melhoria da educação, a implementação das novas propostas educacionais e os objetivos nelas contidos. Sendo essa uma continuidade do saber, garantida legalmente aos professores, podendo ocorrer dentro ou fora de seu ambiente de trabalho (MANTOAM, 2013).

Segundo Silva (2020), a formação continuada pode percorrer diferentes caminhos, adaptando-se a diferentes realidades de professores e de alunos e as respectivas adversidades encontradas no ambiente escolar. Afinal, essa ocorre de forma principalmente colaborativa entre os professores, a partir de suas trajetórias de vida, formação inicial e vivência profissional. Essas evidências corroboram com os estudos de Souza et al. (2022), onde apontam que “nos últimos anos em todo território nacional, com a oferta de vagas e a ampliação da democratização e acesso às escolas públicas da educação básica, tivemos um aumento na quantidade de alunos(as) da educação especial”. Por outro lado, destacamos que a o ritmo da formação de professores para atuarem na educação especial não alcançou ainda este crescimento de demanda.

Como possíveis soluções para enfrentar esses desafios, têm surgido perspectivas promissoras na formação de professores. O uso de tecnologias educacionais inclusivas tem se mostrado eficaz para atender às necessidades

específicas dos alunos, e a colaboração entre professores, familiares e profissionais da saúde é essencial para uma visão holística do estudante e o desenvolvimento de estratégias de apoio.

4 Considerações finais

Este estudo pretende contribuir para Investigações sobre os desafios e perspectivas da formação de professores voltada para a educação inclusiva. Ao promover a educação inclusiva e equitativa, espera-se que os resultados desta pesquisa possam influenciar a elaboração de políticas públicas mais efetivas, que garantam a implementação de diretrizes internacionais e legislações nacionais que assegurem os direitos de todos os estudantes à educação. Dessa forma, busca-se superar os desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva, como a resistência a mudanças no ambiente escolar e a falta de recursos adequados, e avançar na construção de um sistema educacional mais justo, equitativo e inclusivo.

No entanto, reconhece-se que esse processo não será fácil e exigirá o comprometimento de todos os atores envolvidos na educação, incluindo governos, instituições de ensino, professores, familiares e a sociedade como um todo. Podemos concluir que a superação dos obstáculos para a construção de ambientes educacionais mais acolhedores e inclusivos será um desafio contínuo, mas essencial para que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades e possam alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento.

Referências

ANPED. **Parecer da Anped sobre a proposta elaborada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação**. São Paulo: Anped, 1997.

ARANHA, Márcio Santos Ferreira. **Educação inclusiva: transformação social ou retórica?** Marília, SP: Fundepe Publicações, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL-ABPEE. Disponível em: <https://anped.org.br/news/anped-e-abpee-denunciam-retrocessos-em-nova-politica-de-educacao-especial-lancada-pelo-governo> . Acesso em: 02 ago. 2023.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 10.502**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 set, 2020.

BUENO, João Gomes. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol.3. n.5, p. 7-25, 2009.

FREITAS, Soraia Napoleão. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. São Paulo: Summus, 2013.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. EdUERJ, 2011.

MAGALHÃES, Basílio de. **Tratamento e educação de crianças anormais de Inteligência**. Rio de Janeiro. Tipografia do Jornal do Comércio, s/d, 1913.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. São Paulo: Summus, 2013.

ROSS, Paulo Ricardo. Estado e educação: implicações do liberalismo sobre a constituição da educação especial e inclusiva. *Educar em Revista*, p. 217-227, 2002.

SOUZA, Symon Tiago Brandão de; PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; VENÂNCIO, Luciana. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 4, p. e48178, 2022. DOI: 10.47149/pemo.v4.e48178. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8178>. Acesso em: 11 set. 2023.

SMITH, Deborah Deustsch. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. Tradução Sandra Moreira de Carvalho. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ⁱ Jucirene Abreu dos Santos, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2811-5307>
Universidade Federal do Amapá (UFAP)

Mestranda em Educação Inclusiva- (PROFEI 2022). Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva.. Especialista em Mídias na Educação (UNIFAP). Graduação em Pedagogia (UNIFAP). Professora das série iniciais, desde 1994 (SEED/AP).

Contribuição de autoria: Autor pesquisador

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1916112291962949>

E-mail: jucireneabreu@gmail.com

ii **Janielle da Silva Melo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4473-0510>

Universidade Federal do Amapá (UFAP)

Doutora em Biotecnologia e Biodiversidade, Professora adjunta da Universidade Federal do Amapá, Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva na linha de pesquisa Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva.

Contribuição de autoria: Autor Co-Orientação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4513718899746912>

E-mail: janielle@rabeloadv.com

iii **Elane de Nazaré Magno Ferreira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4069-6586>

Universidade Federal do Amapá (UFAP)

Biomédica (UFPA/2009), mestrado em Neurociência e Biologia Celular (UFPA/2011), doutorado em Neurologia e Neurociência (UNIFESP/2016), Professora Adjunta do Colegiado de Medicina da Universidade Federal do Amapá desde 2018.

Contribuição de autoria: Autor Orientação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7953001735549217>

E-mail: elanemagno@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SANTOS, Jucirene Abreu dos; MELO, Janielle da Silva; FERREIRA, Elane de Nazaré Magno. Formação de professores e a Educação Inclusiva. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 4, n. 1, 2023.